



ACÓRDÃO Nº1023/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12501/2020.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração.
- 3- **Embargante:** Cleomar Scandolara.
- 4- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Junior - OAB/AM 5851.
- 5- **Procurador de Contas Oficialante do Processo:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho.
- 6- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Embargos de Declaração.

*Conhecimento. Provimento Parcial. Determinação.
Arquivamento.*

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público de Contas, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, no sentido de:

7.1. Conhecer dos Embargos de Declaração com Pedido de Efeitos Infringentes opostos pelo **Sr. Cleomar Scandolara**, Diretor Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Humaitá à época, em face do Acórdão nº 161/2022 – TCE – Tribunal Pleno, exarado nos presentes autos, tendo em vista que o meio impugnatório em exame atende aos parâmetros previstos no art. 148 e seguintes da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM; e no mérito:

7.2. Dar provimento parcial aos Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Cleomar Scandolara**, considerando que, de fato, reside erro material a ser suprido, conforme razões expostas no Relatório/Voto, no sentido de alterar item 10.3 do Acórdão nº 161/2022 – TCE – Tribunal Pleno, que passará a ter a seguinte redação, mantendo-se os demais itens do referido *decisum* impugnado:

10.3. Aplicar multa ao **Sr. Cleomar Scandolara** no valor de **R\$20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos) pela ausência no envio dos balancetes mensais referentes ao período de janeiro a dezembro 2019, contrariando o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 06/91 c/c art. 20, II, Lei Complementar nº 24/2000, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2423/96 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas) com a redação anterior à Lei Complementar nº 204/2020, c/c art. 308,



ACÓRDÃO Nº1023/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

inciso I, “a”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09/11/2018, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 7.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno - Sepleno que cientifique o **Sr. Cleomar Scandolara**, por intermédio de seu patrono, acerca do teor do presente *decisum*, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e do sequente Acórdão;
- 7.4. Arquivar** os presentes autos após o cumprimento integral do *decisum*.

8- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 5 de julho de 2022.

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1023/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO MANOEL COELHO DE MELLO em 11/07/2022.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 68B8F427-1EC9A1FC-4F20EE1B-C8C75751